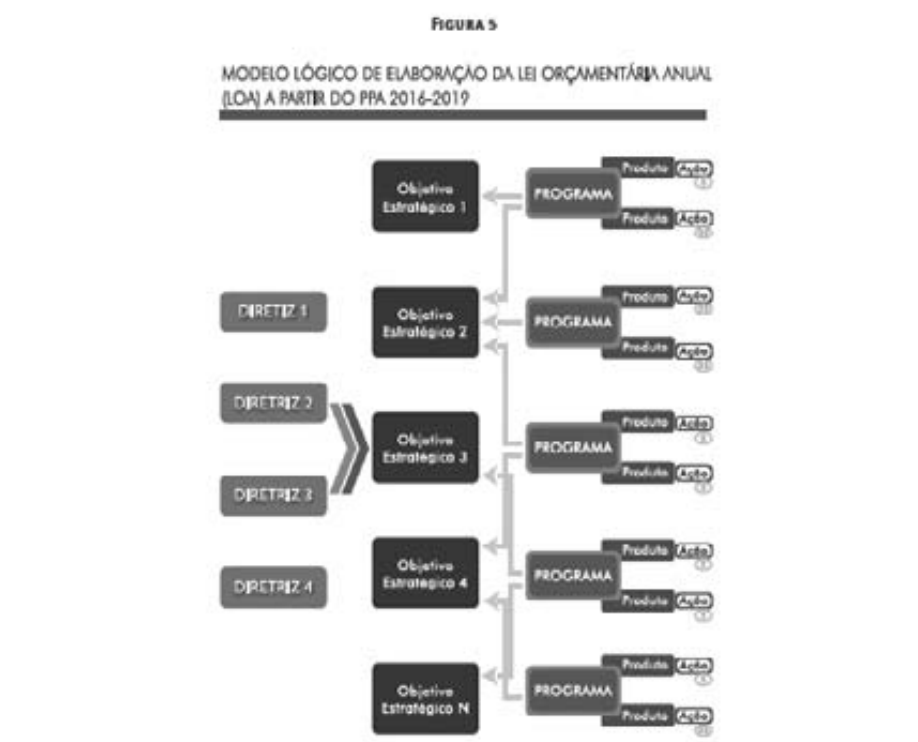




leis orçamentárias, tornando-as mais sinérgicas e aderentes aos papéis que desempenham no processo orçamentário, sem deixar de manter suas necessárias conexões.

Em síntese, a adoção de um padrão metodológico e procedimental para a elaboração do PPA, a metodologia do Orçamento por Resultados, favoreceu a construção de um plano orgânico, harmônico e coerente, que facilitará sua execução, monitoramento e avaliação e potencializará suas chances de sucesso. A partir dessa sistemática de trabalho, o Governo do Estado de São Paulo buscou alinhar os diferentes órgãos que compõem sua estrutura administrada em termos conceituais e metodológicos que, associados às Diretrizes e aos Objetivos Estratégicos que se propôs a perseguir, permitiram elaborar um PPA com novas características e qualificações, conduzindo a um aprimoramento de todo o processo de planejamento, orçamento e gestão do Estado.

### As demandas da sociedade e as audiências públicas do PPA

Foram inúmeros os avanços alcançados por São Paulo nos últimos anos, notadamente no campo social: praticamente todas as crianças com idade entre 6 e 14 anos estão matriculadas no ensino fundamental; há mais de 440 mil jovens frequentando o ensino técnico de nível médio, dos quais quase 100 mil nas escolas técnicas da rede estadual; a esperança de vida ao nascer dos paulistas é de 76,8 anos, taxa de mortalidade infantil mantém-se em queda e se aproxima dos 11 óbitos por mil nascidos vivos e a taxa de homicídios atingiu o patamar de 10 casos por cem mil habitantes, o menor do País.

Entretanto, os desafios ainda são grandes. Este PPA mostra como o Governo Estadual buscará enfrentá-los nos próximos quatro anos e, para fazê-lo, não basta acompanhar as estatísticas e os indicadores sociais, mas é preciso também, e principalmente, conhecer as reais demandas da sociedade. Uma das formas de conhecer as necessidades dos cidadãos é ouvi-los diretamente. Para tanto, o Governo do Estado de São Paulo promoveu audiências públicas, presenciais e por via eletrônica, atendendo ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000, Art. 48, parágrafo único) e colhendo as prioridades e as demandas da sociedade paulista, para subsidiar a formulação deste PPA. Elas aconteceram entre 26 de maio e 01 de julho de 2015 e compreenderam 18 reuniões distribuídas por todas as Regiões Administrativas e Metropolitanas e Aglomerações Urbanas do Estado de São Paulo, abertas a todos os cidadãos, além de um sítio na Internet ([www.ppa.sp.gov.br](http://www.ppa.sp.gov.br)), que permitiu a participação à distância de todos os interessados.

Em ambas, os participantes puderam apresentar demandas específicas e eleger as políticas públicas prioritárias para os próximos quatro anos, a partir de uma lista com 22 opções pré-organizadas pelo Governo do Estado de São Paulo. Tais demandas e escolhas dos cidadãos foram encaminhadas às diferentes Secretarias de Estado, para orientá-las na formulação de seus programas e no estabelecimento de suas prioridades.<sup>2</sup>

Os resultados da consulta, assim como as frequências de votação de cada uma das 22 alternativas, estão

### Perspectivas, condicionantes e oportunidades

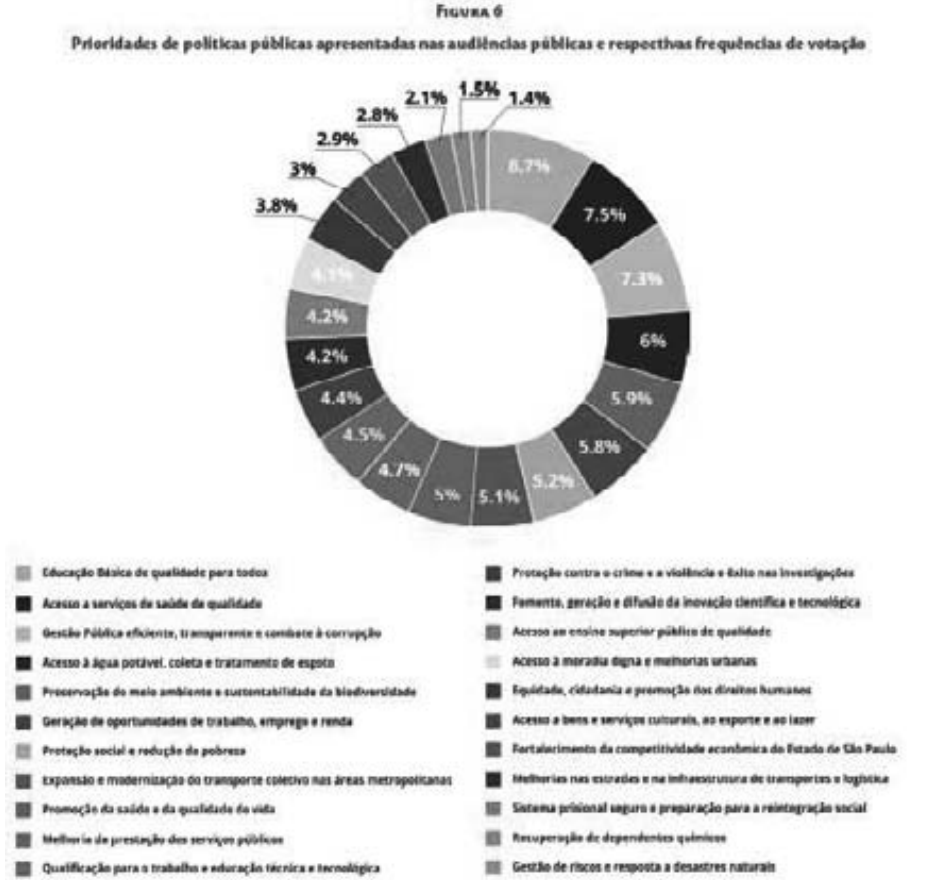
Nas seções anteriores desta Introdução, foram ressaltados dois dos alinhamentos promovidos pelo Governo para a elaboração do novo PPA: o estratégico e o metodológico. A descrição de ambos baseou-se em eventos já ocorridos, que carregam constatações e expectativas de mudanças e aperfeiçoamentos nos instrumentos e na prática do planejamento. Nesta seção, no entanto, o tema são eventos que ainda não ocorreram, mas que, a depender de suas trajetórias futuras, seus impactos podem ser decisivos para o bom desempenho do PPA.

expressos na Figura 6. Como se vê, é amplo o espectro de preocupações da sociedade paulista, o que atesta a compreensão da complexidade da atuação governamental e a confiança em sua capacidade de gestão, tendo em vista que todas as opções apresentadas foram consideradas prioritárias por frações relevantes dos cidadãos do Estado.

Se selecionadas as oito opções mais votadas pelos cidadãos, tem-se uma síntese das maiores preocupações da sociedade paulista. Elas são encabeçadas pelas políticas sociais de caráter universal: educação básica de qualidade e acesso a serviços de saúde. Ocupou a terceira posição, contrariamente ao senso comum, a qualidade e transparência da gestão pública, o que demonstra a atenção que a sociedade vem dando ao tema e transfere grande responsabilidade aos gestores públicos para atenderem a essa prioridade social. Seguiu-se em importância a geração de oportunidades de trabalho e renda, provável reflexo das turbulências econômicas por que passa o País. As duas posições subsequentes, claramente conectadas, tratam da preservação ambiental e do saneamento básico, seguidas da proteção social e redução da pobreza. Por fim, foi destacada a promoção da saúde e da qualidade de vida, preocupação crescente das sociedades contemporâneas.

Como se vê, as grandes questões apontadas pelos paulistas foram as de caráter: I) social, notadamente as políticas universais e as focalizadas no combate à pobreza; II) econômico, com vistas à geração de oportunidades de trabalho; III) socioambiental, centrada no saneamento e na preservação ambiental e na procura por modo de vida saudável; e IV) as associadas à qualidade da gestão pública. Numa frase, a sociedade paulista deseja que São Paulo caminhe numa trajetória de desenvolvimento socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável, que favoreça um modo de vida saudável e que seu governo seja pautado pela eficiência e pela transparência. É de se notar a proximidade dessas aspirações com as diretrizes governamentais para a elaboração deste PPA, o que mostra o alinhamento entre as intenções do Governo e os anseios da sociedade e, simultaneamente, confere a este instrumento grande importância para que intenções e anseios se transformem em realidade.

<sup>2</sup> Os resultados completos das audiências públicas podem ser vistos em [www.ppa.sp.gov.br](http://www.ppa.sp.gov.br).



São Paulo abriga uma sociedade complexa e caracteriza-se por realidades regionais muito distintas. Dessa modo, os resultados das audiências públicas, se tomados apenas de forma agregada, podem deixar de revelar prioridades que, embora próprias de determinados grupos sociais ou porções do território, não podem ser desconsideradas pelos formuladores de políticas públicas. Por essa razão, as demandas e escolhas dos cidadãos registradas nas audiências públicas foram organizadas de modo a permitir identificar essas situações.

Um dos cortes adotados foi discriminar as escolhas dos cidadãos residentes na chamada Macrometrópole Paulista (Gráfico 1)<sup>3</sup> daquelas dos moradores nas demais regiões do Estado (Gráfico 2), denominada aqui de Interior do Estado de São Paulo. Tomando-se as oito prioridades selecionadas em cada uma dessas áreas, percebe-se que seis são comuns a ambas. Mais que isso, as três primeiras – educação básica de qualidade para todos; acesso a serviços de saúde de qualidade; e gestão pública eficiente, transparente e

<sup>3</sup> Sobre a Macrometrópole Paulista, ver, neste volume, a seção referente ao Objetivo Estratégico 3.

combate à corrupção – obedecem, inclusive, a mesma ordem, nos dois cortes territoriais. As demais prioridades comuns são a geração de oportunidades de traba-

lho, emprego e renda; a preservação do meio ambiente e sustentabilidade da biodiversidade e Proteção social e redução da pobreza.



Fonte: Audiências Públicas para o PPA 2016-2019.

Há, portanto, a despeito das diferenças sociais e territoriais, grande convergência de opiniões dos paulistas sobre as prioridades de políticas públicas a serem implantadas nos próximos anos. Há, porém, aspectos específicos a cada um desses domínios geográficos que não poderiam ser desconsiderados neste PPA e, efetivamente, não o foram.

No caso da Macrometrópole, há duas prioridades que lhe são próprias: a expansão e modernização do transporte coletivo nas áreas metropolitanas; e o acesso à água potável, coleta e tratamento de esgoto. De fato, são dois aspectos de extrema relevância para o desenvolvimento dessa região que, por sua dimensão econômica e demográfica, de fato, afetam o dinamismo do conjunto do Estado de São Paulo e mesmo do País. Como se verá adiante, neste PPA vários programas foram formulados para tratar desses aspectos, demonstrando que são também prioridades governamentais.

No caso das regiões que formam o grande e dinâmico interior do Estado de São Paulo, duas outras prioridades foram apontadas por seus moradores: a qualificação para o trabalho, a educação técnica e tecnológica; e a promoção da saúde e da qualidade de vida. Também

aqui, a qualificação profissional como meio de garantir a competitividade da economia paulista na era do conhecimento, que tem nessa região um de seus polos dinâmicos, comunga com as diretrizes governamentais e está fortemente representada neste PPA. O mesmo se pode dizer da priorização de modos de vida saudáveis, que evitam comportamentos de risco e garantam a longevidade de todos os paulistas, igualmente presentes em vários programas deste PPA.

O desafio deste PPA, portanto, é formular programas e definir produtos que atendam aos anseios da população, cuja diversidade sociodemográfica é um dos grandes diferenciais que favorecem o desenvolvimento de São Paulo. Atendê-los significa cobrir não só as prioridades acima destacadas, mas todas as 22 postas em votação nas audiências públicas, uma vez que nenhuma deixou de ser considerada pelos cidadãos paulistas. Há que se recordar, no entanto, que este PPA será implantado numa conjuntura em transformação, que impõe condicionantes e cria oportunidades, sumarizadas nas seções subsequentes, e só serão superadas e aproveitadas pela ação de um governo responsável e inovador, em conjunto com toda a sociedade paulista.